

O Barão do Rio Branco como historiador

LUÍS CLÁUDIO VILLAFANE G. SANTOS

Historiador e diplomata. Autor de vários livros sobre a história da política externa brasileira, entre os quais *O dia em que adiaram o carnaval*, UNESP, 2010.

~ Introdução

O primeiro trabalho de fôlego do jovem José Maria da Silva Paranhos Junior como historiador foi uma pequena biografia de José de Abreu Mena Barreto (1771-1827), o Barão de Cerro Largo, escrita em 1865.¹ Paranhos, então com 20 anos de idade, cursava a faculdade de Direito, mas já dirigia seus interesses para a história. Na verdade, antes disso havia publicado na revista do grêmio estudantil, sob o pseudônimo de “X”, um pequeno ensaio, intitulado “Episódios da guerra do Prata”. Se este artigo no folhetim estudantil tinha lacunas, Paranhos escreveu uma sólida biografia de Mena

¹ Em novembro de 1866, Paranhos Júnior foi proposto para membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. No ano seguinte, com apenas 22 anos, ele foi aceito, tendo apresentado para sua admissão seu “Esboço Biográfico do General José de Abreu, Barão do Cerro Largo”, publicado em 1868 na Revista do IHGB, Volume XXXI, parte segunda, 3.º trimestre, pp. 62-135. O trabalho de Rio Branco pode ser lido, ainda hoje, no sítio da Revista: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php>.

Barreto, um militar gaúcho que combateu em todas as campanhas das tropas portuguesas e depois brasileiras de 1801 a 1827 no que hoje é o Uruguai e morreu na batalha de Passo do Rosário, em 20 de fevereiro de 1827. Viana Filho comenta sobre este trabalho que, “seguramente informado de seu assunto, senhor de copiosa documentação, o autor, ao narrar os feitos do biografado, ia pondo as coisas em seus lugares”. Acrescenta Viana Filho que Paranhos “não se eximiu sequer de apontar alguns erros de Varnhagen e Pereira da Silva, na ocasião os mais reputados historiadores do Brasil”.²

Ao contrário de Oliveira Lima, Paranhos não teve uma educação acadêmica como historiador. Coursou Direito, iniciando os estudos em São Paulo e, como era comum na época, os concluindo no Recife. Nessa cidade, ele começou a unir aos estudos de história uma outra vocação que o acompanharia por toda a vida, ainda que ambas tenham acabado obscurecidas por seu sucesso estrondoso como diplomata e estadista. Sua inteligência banhada de luz tinha, desde cedo, muitas facetas. Em Pernambuco começou a auxiliar o monsenhor Pinto de Campos na edição do hebdomadário *O Vinte Cinco de Março*, que nessa época publicou, em partes, um longo ensaio de nome “Estudo sobre a política do Brasil no Prata”, cuja autoria certamente foi do futuro barão. Essa atividade jornalística, engajada na defesa da visão brasileira sobre a guerra, extravasava as fronteiras nacionais e o jovem Paranhos colaborou também na imprensa europeia. Ele enviou informações, artigos e, mesmo, desenhos sobre a guerra do Paraguai para revista francesa *L'Illustration*.

Depois, como deputado e já tendo participado como secretario de seu pai em duas missões diplomáticas no Prata, em 1873, Paranhos assumiu junto com seu amigo jornalista Gusmão Lobo a direção do jornal *A Nação*, porta-voz da opinião do Partido Conservador, ao qual ele pertencia. Os dois mantiveram-se à frente do jornal até 1875, época em que Paranhos dedicou-se também a anotar e criticar o livro publicado por L. Schneider, *A guerra da tríplice aliança contra o governo da República do Paraguai*, que trazia uma

² VIANA FILHO, Luís. *A vida do Barão do Rio Branco* (São Paulo/Salvador: UNESP/EDUFBA, 8.ª edição. 2008, p. 34).

versão antibrasileira e permeada de erros. Em pouco tempo, antes de sair do Brasil em 1876, havia impresso dois volumes de sua edição comentada, e faltava apenas o terceiro.³ Depois, em 1891, Rio Branco voltaria a escrever regularmente na imprensa, no *Jornal do Brasil*, de seu amigo Rodolfo Dantas. Nele, o então já Barão do Rio Branco, manteve uma coluna regular, *Efemérides brasileiras*, pequenos artigos que comentavam fatos históricos que aniversariavam na data em que saíam publicados os comentários.

Essa indissociação entre o historiador, o jornalista, o publicista e o agente político é, desde logo, uma das marcas de Rio Branco. Mas também, vale dizer, trata-se de uma característica também de seu contexto histórico. Como relembra Alonso,⁴ no “Brasil da segunda metade do XIX não havia um grupo social cuja atividade exclusiva fosse a produção intelectual”. Inexistia, portanto, uma separação clara entre o campo intelectual, cultural e a política. Mesmo na Europa essa especialização era um processo ainda em curso e no Brasil essa separação só vai deslanchar com a expansão do sistema universitário, já bem avançado o século XX.

A atuação parlamentar do jovem Paranhos foi discreta, ainda que tendo exercido duas legislaturas como deputado, e em uma delas ao tempo em que seu pai era o presidente do Conselho de Ministros. Mais do que discreta, portanto, pode-se mesmo dizer apagada, nas circunstâncias. No entanto, sua atividade intelectual, como historiador, publicista e jornalista, teve bastante mais solidez. Na verdade, sua trajetória política e diplomática só começará a ganhar relevo depois de ter sido escolhido, em 1893, para substituir o advogado indicado originalmente para defender a causa brasileira na arbitragem sobre a região de Palmas, Aguiar de Andrade. Oliveira

³Essa situação assim permaneceu, pois na bibliografia do *D. Pedro II, Imperador do Brasil*, de 1889, consta a observação de que a obra de Schneider estava “anotada por J. M. da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco. 1.º e 2.º volumes, Rio de Janeiro, 1875-1876; 3.º volume, Paris, 1889. Esta tradução ainda não foi terminada”. Luís Viana Filho (*op cit*, p. 200, nota 12) afirma que se concluiu a impressão do 3.º volume, mas que “dele não se conhece um só exemplar”. Para ele trata-se de “um dos enigmas da bibliografia brasileira”.

⁴ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império* (São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 30).

Lima⁵ atribuiu essa escolha a uma sugestão de Joaquim Nabuco, por meio do Conselheiro Dantas. Já Raul do Rio Branco⁶ informou ter sido uma indicação do Ministro em Londres, João Arthur Sousa Correia. De onde quer que tenha partido a feliz indicação, a decisão final certamente coube ao então Presidente, Floriano Peixoto.

Parece algo surpreendente que Floriano se tenha fixado em Rio Branco, um monarquista convicto, em tempos de jacobinismo republicano. Quando era ainda major, o então Presidente havia conhecido Paranhos, quando Juca acompanhou seu pai em sua missão diplomática no Prata. Ademais, no governo de Deodoro da Fonseca, Paranhos havia enviado a Floriano, então Ministro da Guerra, seus comentários sobre o livro de Schneider.⁷ A erudição já notória de Paranhos, sua capacidade como historiador e intelectual, certamente jogou um papel transcendente nessa escolha, que vai ser a chave para a posterior carreira do Barão. Assim, pode-se dizer que o historiador precedeu e, de certa forma, criou o diplomata brilhante e o estadista.

Aliás, as duas defesas apresentadas nas arbitragens dos litígios com a Argentina e com a França, bem como seus subsídios para a arbitragem do Pirara, são documentos de grande densidade histórica. O diplomata, o advogado e o historiador confundem-se nessas argumentações, que se iriam traduzir em grandes vitórias diplomáticas nos casos de Palmas e da Guiana Francesa.

Depois, já como Chanceler, Rio Branco escreveria diversos artigos, comentários e discursos, alguns como Ministro das Relações Exteriores, outros sob pseudônimos diversos. Nesses textos, seu ponto de vista é quase sempre defendido e sustentado com forte base histórica. Assim, vai firmar-se no Brasil

⁵ OLIVEIRA LIMA, Manuel de. *Memórias: estas minhas reminiscências...* (Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1937, p. 184).

⁶ BRANCO, Raul do Rio. *Reminiscências do Barão do Rio Branco* (Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1942, p. 146).

⁷ Luís Viana Filho (*op cit*, p. 200) relata que “por intermédio de Homem de Melo, chegou até a remeter, em junho [de 1891], um exemplar ao gen. Floriano Peixoto, ministro da Guerra, cuja figura misteriosa começava a crescer entre os republicanos. Rio Branco o conheceu ao tempo do Paraguai, quando não passando de um obscuro major, tivera a oportunidade de prestar-lhe pequenos obséquios”.

uma tradição, que persiste de certa forma até hoje, de envolver o discurso sobre a política externa em bases históricas, ao realçar (ou mesmo inventar) continuidades e processos evolutivos. Em alguma medida, é inevitável que o discurso de política externa, e o discurso político de forma geral, utilize-se de argumentos históricos. São poucos os momentos, ainda que os haja, em que se propõe que a política e a história estejam começando *ab ovo*. Mesmo os discursos que buscam se legitimar pela ruptura, como caminho para a superação de uma situação mostrada como injusta, prendem-se a uma análise sobre uma história anterior.

Rio Branco era, em termos políticos, um conservador, mas não um reacionário. Viveu intensamente, e de forma muito próxima, a tentativa comandada por seu pai de reforma conservadora da ordem saquarema⁸ durante o Gabinete do Visconde do Rio Branco (1871 a 1875). Favorável à abolição, parecia preferir sua extinção progressiva, no espírito da Lei do Ventre Livre obtida por seu pai.⁹ Dentro do espírito saquarema, preservava a memória das lutas e a percepção de desordem e de risco vivida durante as regências e abominava o federalismo, sentimento que não superou mesmo depois de proclamada a República. Em grande medida, seu sucesso no novo regime espelhou a superação do jacobismo da etapa inicial. O Barão foi incomparável como Chanceler da “república dos conselheiros”, inaugurada após Afonso Pena, mas é mais difícil imaginá-lo no torvelinho dos anos de Floriano, por exemplo.

⁸ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema* (São Paulo: HUCITEC, 1987).

⁹ Álvaro Lins comenta: “Abolicionista ele o era com certeza, desde os tempos acadêmicos, desde a época do gabinete de 7 de março, como colaborador do pai, mas achava que fora incompleta e precipitada a solução do problema nos termos lacônicos da Lei de 13 de maio [de 1888]. Ao seu temperamento conservador as mudanças radicais pareciam sempre germes de reação ou revolução, e por isso julgava mais sábia a Lei de 28 de setembro [de 1871], pelo que continha de prudência e objetividade. Por que não se fala, em toda essa campanha de princípio de [18]88, no problema da indenização dos proprietários? Que providências vai tomar o Estado para fazer a integração dos escravos na sociedade livre pela educação e pelo trabalho? Era o que ele indagava ao pensar que o direito da escravidão era um direito imoral, mas contudo em vigência na legislação brasileira. *A Lei de 13 de maio tomou assim aos seus olhos o caráter de medida generosa e nobre, sob o ponto de vista humano, mas de erro sob o ponto de vista social e político*” (grifo meu). LINS, Álvaro. *Rio Branco (Biografia)* (São Paulo/Brasília: Alfa-Ômega/FUNAG, 1996, p. 155-156).

~ A obra historiográfica

O trabalho de Rio Branco como historiador propriamente dito, ainda que indissociavelmente amarrado a suas convicções e projetos políticos, encerrou-se quando ele aceitou sua nomeação como Ministro das Relações Exteriores. Um dos argumentos esgrimidos para não aceitar o cargo, inclusive, foi seu desejo de publicar seus sonhados trabalhos sobre a história militar e diplomática do Brasil,¹⁰ que acabaram não sendo escritos. Uma perda para a historiografia brasileira, não há nenhuma dúvida, mas certamente compensada pela obra do diplomata e estadista. A partir daí, em todas suas manifestações, ainda que os argumentos históricos estejam presentes, ainda que sob pseudônimo, é a voz do estadista que se escuta mais forte.¹¹

Portanto, para entender a visão de Rio Branco como historiador, o foco deve estar em três obras, todas escritas no correr de 1888 e 1889, que consolidaram sua fama como erudito e conhecedor da história do Brasil. O contexto específico merece ser realçado. Por essa época, Paranhos se viu, finalmente, plenamente reconciliado com D. Pedro II, a quem tinha acompanhado no trajeto entre o Brasil e a Europa na última viagem do Imperador antes de seu exílio. Os Conservadores haviam voltado ao poder desde 1885 e, em março de 1888, inclusive, um velho amigo seu e discípulo político do Visconde do Rio Branco, o Conselheiro João Alfredo Correa de Oliveira assumiu a Chefia do Conselho de Ministros. Logo em seguida à proclamação da Lei Áurea, Paranhos recebeu o título de Barão do Rio Branco.

Por um lado, estava superado o relativo distanciamento do poder a que esteve condenado por sua relação com Marie Stevens, com quem só se casaria formalmente em 1889. Por outro, no entanto, essa reconciliação vinha em

¹⁰ Paranhos tinha planos de escrever uma *História da guerra do Paraguai*, em francês, nos moldes do *História da guerra do Pacífico*, de Barros Arana, que dava a versão chilena daquela guerra. Depois disso, viria o projetado *História militar e diplomática no Rio da Prata*, desde a fundação de Colônia até a separação da Cisplatina em 1828.

¹¹ O que, em si, não invalida a análise das proposições de seu discurso em termos conceituais, vale dizer.

um momento em que a monarquia já estava claramente em crise. A escravidão praticamente desmoronou por si e o ato assinado a 13 de maio apenas deu um golpe de graça na terrível instituição, já moribunda. Custou, no entanto, o apoio dos setores mais reacionários, sem produzir o efeito desejado de dar à Princesa – e, portanto, à continuidade da dinastia – o reconhecimento dos amplos setores que lutavam por modernizações, entre as quais (mas, é necessário frisar, não apenas) o fim do trabalho escravo.

O Imperador havia chegado a receber a extrema unção no início de 1888, em sua viagem à Europa para tratamento de saúde, mas recuperou-se e voltou ao Brasil. De todo modo, não escapava a ninguém a possibilidade de que não resistisse a nova crise. A continuidade da monarquia dependia, portanto, do carisma de uma Princesa casada com um estrangeiro, a quem se quis popularizar no comando das tropas na guerra do Paraguai, depois do conflito já ter sido declarado terminado por Caxias. O Jubileu do reinado de D. Pedro, em 1890, seria, portanto, uma grande ocasião para celebrar o Imperador e mostrar à população as virtudes da monarquia, do velho Imperador, da jovem Princesa e, se possível, até de seu Príncipe Consorte.

Paranhos, um fervoroso monarquista, participou com empenho nesse esforço para combater o progressivo descrédito da monarquia, em um momento em que sua situação pessoal junto ao regime mostrava-se especialmente promissora. Assim, aceitou prontamente a oferta de Émile Levasseur para colaborar na elaboração do verbete relativo ao Brasil na *Grande encyclopédie*. Ademais de Rio Branco, também participaram da obra o Visconde de Ourém,¹² Eduardo Prado, Henri Gorceix, Paul Maury, E. Trousserat e Zaborwski. O trabalho também foi publicado em uma separata, sob o título de *Le Brésil*, sob os auspícios da Comissão Franco-Brasileira para a Exposição de Universal de Paris de 1889. Essa edição esgotou-se antes mesmo do encerramento da exposição e uma nova edição foi impressa. Nesse esforço, Rio Branco, segundo a apresentação de Levasseur à primeira edição da separata:¹³

¹² José Carlos de Almeida Areias (1825-1892).

¹³ LEVASSEUR, Émile. *et ali*, *O Brasil* (Rio de Janeiro: Editora Letras & Expressões, 2001, p. 10).

“não é somente o autor dos capítulos sobre a história, a imprensa, as belas-artes e da maior parte do capítulo de antropologia, mas pelas pesquisas de erudição a que se dedicou, com numerosas notas que redigiu, e pela correção que fez, diversas vezes, nas provas, tem uma grande participação também na composição de toda esta obra.”

Também para a Exposição Universal de Paris, a Comissão Franco-Brasileira patrocinou a publicação do livro *Le Brésil en 1889*, coordenado pelo jornalista e historiador Frederico José de Santana Nery,¹⁴ para o qual Rio Branco escreveu o capítulo sobre a história do Brasil, que acabou sendo publicado também em separata sob o título *Esquisse de l'histoire du Brésil*. Da obra de Santana Nery participaram também, além de Paranhos e de Santana Nery, vários outros autores (Ladislau Neto, MacDowell, Leitão da Cunha, Eduardo Prado, Ferreira de Araújo, Corceix, Fávila Nunes, Barão de Tefé).

O *Esboço da história do Brasil* foi, segundo Rio Branco, preparado em pouco mais de 15 dias. A despeito da extensão razoável do trabalho e de sua grande qualidade, é bastante plausível que a redação do trabalho tenha sido feita em espaço tão curto de tempo. O Barão tinha por método dedicar-se a extensas e aparentemente desordenadas pesquisas, preparar notas dispersas sobre os temas mais variados e deixar a redação final de seus textos para já perto do prazo final, um pouco à maneira dos jornalistas espremidos pela pressão do prazo de fechamento da edição. Assim foi também com as defesas que preparou para as duas arbitragens em que foi o advogado brasileiro. Ademais, o *Esboço* aproveita generosamente as ideias e, mesmo, trechos inteiros do capítulo sobre história do Brasil da *Grande encyclopédie*. Assim, o *Esboço* basicamente ampliou e detalhou a pesquisa feita para a *Encyclopédie*.

Um caso bastante distinto foi, no entanto, a biografia de D. Pedro II assinada por Benjamin Mossé, Grande Rabino de Avignon. O livro foi encomendado a Mossé pelo camarista do Imperador, Conde de Nioac. O Rabino era então um escritor de algum renome na França, o que facilitaria a divulgação e daria maior credibilidade à obra. Uma boa biografia, em francês, a língua

¹⁴ Barão de Santa Anna Néry (1848-1901).

internacional de então, seria um meio inestimável de divulgação da monarquia brasileira no exterior e certamente também repercutiria favoravelmente no Brasil. A dificuldade imposta pelo pouco conhecimento que Mossé tinha do Brasil e de seu biografado foi contornada por Nioac, com a solicitação a Rio Branco, para que “auxiliasse” Mossé na redação do livro. A qualidade e o detalhamento das informações, especialmente as relativas aos temas diplomáticos e militares, deixam claro que Paranhos foi “o verdadeiro autor desse livro”,¹⁵ fato reconhecido pelo próprio Mossé.¹⁶

Com alguma malícia, Viana Filho comenta que a parceria se desenvolveu em “perfeito entendimento, pois, enquanto um se preocupava com os proventos que devia perceber, o outro se comprazia em divulgar as próprias ideias”.¹⁷ O Barão, em correspondência pessoal, deixou bem claro o grau de liberdade que teve na preparação desse texto. Ao referir-se a Mossé, ele esclarece que “O homem é pois um testa-de-ferro de que me servi para dizer à nossa gente o que penso com mais liberdade, e não ficar com a fama de incensador de poderosos”.¹⁸ Sua pluma estava, certamente, muito mais livre do que nos dois outros trabalhos dessa época. Em primeiro lugar, não estava submetido à rigidez do formato exigido para textos que vão compor verbetes de enciclopédias ou folhetins de divulgação em uma exposição internacional. Ademais, no caso da *Grande enciclopédia*, Rio Branco reconhece que Lefebvre tinha “a *haute-main* em tudo” e não deixava de modificar, cortar e emendar os textos a ele submetidos. Mas Paranhos resistia. Ele conta que em alguns casos reescreveu alguns trechos “mais de dez vezes”, pois só assim pôde “restabelecer o que escrevi e evitar asneiras”.¹⁹

¹⁵ VIANA FILHO, Luís. *Apud* (op cit, p. 173).

¹⁶ Em carta de Mossé a Rio Branco, cujo original está preservado no Arquivo Histórico do Itamaraty (Coleção do Barão do Rio Branco: Lata 83I, maço 2, pasta 2I), pode-se ler: “vous constituent le véritable auteur de ce livre”.

¹⁷ VIANA FILHO, Luís, op. cit, p. 169. Mossé, ademais, esperava ganhar pontos “junto das principais autoridades do judaísmo francês” (*idem, ibidem*, p. 173), pois D. Pedro II dedicava-se aos estudos judaicos e, inclusive, dominava o hebraico, sendo, portanto, de ser destacar o caso de um soberano católico que se mostrava tão aberto e tolerante.

¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 169.

¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 174.

D. Pedro II, Imperador do Brasil pode ser considerado, portanto, a melhor expressão do pensamento de Rio Branco como historiador, mas, como se verá, também como publicista. O livro revela muito claramente o posicionamento do Barão frente à conjuntura política brasileira do Brasil imediatamente após a abolição. Essa obra será analisada em conjunto com os textos da *Grande encyclopédie* e o *Esboço da história do Brasil*, mas, pelas razões já apontadas, o foco estará na biografia do Imperador. Como os dois textos anteriores, o *D. Pedro II* foi escrito, primordialmente, para o público francês e, neste caso, em tese, por um francês – Mossé. Assim, além de, quando fala da França referir-se à “nossa” pátria e outras formas similares, há uma grande ênfase nas relações entre o Brasil e a França e algumas comparações entre os dois países, além da conversão de valores para francos franceses e outros pequenos detalhes deste gênero.

O *Esboço*²⁰ repete longos trechos do texto publicado na *Enciclopédia*,²¹ mas muitas vezes acrescidos de notas explicativas que não estão presentes na *Enciclopédia*, inclusive pelo estilo adotado nesta última. Nessas notas, Rio Branco mostra estar corrigindo informações publicadas em outras obras, brasileiras e estrangeiras, e contradiz e emenda muitas informações dadas por Varnhagen e pelo francês Paul Gaffarel,²² entre outros. Esse esforço de retificar informações de outros autores, além de mostrar a erudição de Rio Branco, serve para combater ou reforçar posições em temas sob discussão como os limites do Amapá com a Guiana Francesa, ainda não definidos naquele momento.

²⁰ PARANHOS JUNIOR, José Maria da Silva (Barão do Rio Branco). *Esboço da história do Brasil* (Brasília, MRE-FUNAG, 1992).

²¹ LEVASSEUR, Émile. *et alii*, *O Brasil* (Rio de Janeiro: Editora Letras & Expressões, 2001).

²² O livro de Gaffarel, *Histoire du Brésil français au seizième siècle* (Paris: Maisonneuve et Libraires, 1878), insere-se no contexto de um debate, não por simples acaso travado na época dos imperialismos do século XIX, sobre a precedência da descoberta do Brasil. Ao lado das pretensões portuguesas e espanholas, começaram a aparecer também “pretensões francesas”. Gaffarel defende que Jean Cousin teria antecedido Cabral e mesmo Colombo ao aportar em terras brasileiras em 1488. Rio Branco simplesmente ignora essa hipótese (que já havia sido refutada por Capistrano de Abreu), não dando margem para o debate, mas dedica-se a corrigir outros erros no livro citado do autor francês, o que serve para, de certo modo, desqualificar a obra como um todo.

Assim, o Barão regozija-se de ter incluído na *Enciclopédia* argumentos favoráveis à posição brasileira endossados pelo francês Levasseur.

O foco de Rio Branco está claramente na história política. Verifica-se, por exemplo, que dos 16 capítulos do *Esboço*, apenas I, “O comércio do Brasil nos séculos XVI, XVII e XVIII”, de 2 páginas, é claramente dedicado a temas econômicos. Um historiador ao estilo de Varnhagen, o Barão traz em seus relatos abundante informação factual, mas análises não muito extensas, o que também se explica pelo objetivo a que estavam dirigidos seus textos, em especial, os da *Enciclopédia* e do *Esboço*. O *D. Pedro II*, como veremos, é um caso um pouco diferente. Em todo caso, há sempre algumas interpretações importantes.

No caso da gênese do sistema de partidos do Segundo Reinado, por exemplo, o tema é bem desenvolvido e chega a uma conclusão que se repetirá, nos três textos estudados: “A partir de 1836, a história política do Brasil se resume na luta entre os dois grandes partidos constitucionais, o Conservador e o Liberal”.²³ Note-se, publicada em 1889, essa conclusão parece ignorar a existência do Partido Republicano, fundado em 1870 e que já contava com (poucos, é verdade) deputados na Câmara. A afirmação pode induzir o leitor à ideia de que o Partido Republicano não seria “constitucional”, o que a rigor não era verdade. Do mesmo modo, evidentemente, reduzir a “história política do Brasil” desde 1836 à disputa entre os dois partidos é a tentativa de projetar uma imagem da política brasileira centrada na disputa bastante “cavalheiresca” e “civilizada” dos debates nos espaços privilegiados do parlamento na Corte carioca, longe da violência e do mandonismo dos senhores regionais e das lutas das classes subalternas.

Do mesmo modo, tanto a seção sobre história do Brasil da *Enciclopédia* (p. 68) como o *Esboço* concluem, praticamente, com as mesmas palavras, em que Rio Branco faz um balanço do reinado de Pedro II com um claro sabor

²³Ver página III do *Esboço... Na Enciclopédia...* (p. 65) o texto é quase idêntico. No *D. Pedro II...* a redação dada é bastante diferente (p. 38): “Depois disto, até os nossos dias, como na Inglaterra os *tories* e os *whigs*, liberais e conservadores se alternaram no poder”. As referências aos partidos Conservador e Liberal como os “grandes partidos constitucionais” também existe, mas está em outro contexto.

de celebração e de consolidação dessa imagem de progresso e civilização em contraste com a desordem projetada nos anos das regências:

“Nos últimos quarenta anos, pacificado no interior, o Brasil fez grandes esforços, sob a direção do Imperador Dom Pedro II, para difundir a instrução, melhorar o nível do ensino, para desenvolver a agricultura, a indústria e o comércio, tirando partido das riquezas naturais do solo pela construção de ferrovias, o estabelecimento de linhas de navegação e a concessão de estímulos aos imigrantes. Os resultados obtidos, depois de encerrado o período revolucionário, são já consideráveis. Em nenhuma parte do continente americano, salvo nos Estados Unidos e no Canadá, a marcha do progresso tem sido mais firme e mais rápida.”²⁴

Nos dois casos, o objetivo explícito dos textos é projetar uma imagem positiva do Brasil e da monarquia para as audiências europeias, seja por meio do prestígio da *Grande encyclopédie*, seja na Exposição Universal de Paris. A imagem que se desejava fixar era de um país moderno, de grande potencial econômico, com terras férteis e oportunidades, capaz de atrair uma crescente imigração que permitisse suplantar a questão do fim do trabalho escravo. As raízes europeias eram realçadas, com a monarquia como garantia de estabilidade política e social, constituindo-se em elemento de aproximação com a civilização europeia. Uma monarquia tropical que se diferenciava de seus vizinhos, apresentados, em contraste, como caudilhescos, instáveis e incivilizados

Mas a imagem do Brasil que se queria apresentar também se voltava para dentro. A abolição da escravidão era muito recente. Em um contexto em que a terrível instituição já parecia desmoronar, pela modernização da agricultura e pela crescente resistência dos próprios escravos, a monarquia tinha decretado seu fim por meio de um ato da Princesa herdeira do Trono. No momento em que Rio Branco publicava esses textos, não eram claros ainda os efeitos

²⁴ PARANHOS JUNIOR, José Maria da Silva (Barão do Rio Branco). *Esboço da história do Brasil* (Brasília, MRE-FUNAG, 1992, p. 131).

políticos desse gesto. Até que ponto a ação de Isabel afastava a monarquia dos setores reacionários que apoiaram até o final a escravidão ou que esperavam receber um último benefício sob a forma de indenização do Estado pela libertação de seus escravos?

Por outro lado, a pauta de reivindicações dos setores descontentes com a ordem saquarema não se esgotava com o fim da escravidão. Essa concessão não saciava essas demandas e, ademais, mostrava a fragilidade do arranjo político prevalecente. Para muitos, a Lei Áurea era apenas um elemento do leque de reformas pretendidas e a monarquia agia tarde e forçada pela pressão popular. O federalismo e a república, juntos ou separados, apareciam claramente como as seguintes bandeiras do debate público. Duas mudanças abominadas pelo conservador Rio Branco. Para ele, tratava-se de manter o país no caminho da estabilidade dada pela monarquia centralista. O progresso devia traduzir-se em melhorias nas “coisas sérias”, como indicou a um amigo em uma carta privada:

“Como vamos de federação nessa terra de doidos? Como é que se atira um palavrão desses para agitar o país sem explicar bem o que se deve entender por ele?... Acabou a agitação abolicionista e começam outra em vez de cuidar de coisas sérias, de caminhos de ferro, de imigração e de instrução pública nessa terra de analfabetos”.²⁵

No *D. Pedro II*, o Barão, como já assinalado, usou da pretensa autoria de Mossé para “dizer à nossa gente o que penso com mais liberdade”.²⁶ Aparentemente dirigido ao público francês, o livro era um instrumento de Rio Branco

²⁵ VIANA FILHO, Luís. *Apud, op cit*, p. 169.

²⁶ *Idem, ibidem*, p. 169. Em carta ao Imperador, Rio Branco deixou esse ponto claro: “Desejo que Vossa Majestade seja o primeiro brasileiro a ler esse livrinho *que escrevi quase todo visando muito o efeito que deve produzir não só no estrangeiro, mas principalmente no Brasil*. Por isso tratei de certas questões de atualidade como um homem muito alheio às paixões partidárias e que só deseja que o Brasil continue a ser o que tem sido no glorioso reinado de Vossa Majestade: um Brasil unido, próspero, feliz e respeitado”. LINS, Álvaro. *Apud, op cit*, p. 133, grifo meu.

para influir no debate interno no Brasil. Servia para fortalecer sua posição pessoal (e de seus amigos) junto ao imperador e à monarquia, mas também para publicitar suas ideias políticas. Ao longo do texto, o Barão, sob o escudo da assinatura do Rabino, faz diversas referências a si ou a seus amigos íntimos (como Eduardo Prado, Joaquim Nabuco e até mesmo o jovem Domício da Gama) e, naturalmente, também não deixou de aproveitar a ocasião para destacar a figura de seu pai e realçar a Lei do Ventre Livre, aprovada durante o Gabinete chefiado pelo Visconde do Rio Branco.

~ Um historiador conservador

Como historiador, Rio Branco não é um inovador. Ele subscreve as teses tradicionais da historiografia brasileira na maior parte dos temas. A independência, por exemplo, ele descreve como uma reação à tentativa das Cortes de submeter os brasileiros outra vez ao jugo colonial. A existência do Brasil e dos brasileiros àquela altura é, naturalmente, dada como um fato inquestionável. As tensões do Primeiro Reinado são resumidas na “rivalidade entre naturais do Brasil e os brasileiros de adoção”. Ele define estes últimos como “os portugueses que haviam aderido à independência brasileira, ou por devotamento a D. Pedro I, ou por ambição pessoal, desejosos de partilhar com o imperador a glória da fundação de um grande império”. O pai de seu biografado, D. Pedro I, por sua vez, “era porém, jovem, ardoroso, e inexperiente” e os adversários do imperador “eram também inexperientes como ele na prática do regime parlamentar”.²⁷

O tratamento dado à D. Pedro I é, naturalmente, cuidadoso e apoiou-se em Saint-Hilaire para definir o fundador da dinastia brasileira:

“D. Pedro I, escreveu nosso sábio compatriota [de Mossé] Augusto de Saint-Hilaire, deixou o Brasil a 13 de abril de 1831. Fez ingratos e talvez seja lamentado por isso. O que mais o prejudicou foi ter nascido na Europa

²⁷ MOSSÉ, Benjamin. *D. Pedro II, Imperador do Brasil* (São Paulo: Edições Cultura Brasileira, 1890, p. 23).

e conservar para com os seus compatriotas uma inclinação muito natural, sem dúvida, mas que devia sacrificar a seus súditos americanos. Foi mal assistido. A experiência e a instrução sempre lhe faltaram, algumas vezes a energia. Mas a boa vontade não o desamparou jamais”.²⁸

Talvez, para contrabalançar essa dura análise de Saint-Hilaire, Rio Branco termina seu capítulo sobre o Primeiro Reinado com uma nota claramente alegre sobre o pai de Pedro II: “Foi rei, foi rei... mas rei da liberdade!” – disse de D. Pedro I, um dos mais afamados poetas do Brasil”.²⁹

Um dos temas caros à historiografia do Segundo Reinado, e um dos pilares ideológicos da ordem saquarema, estará muito presente nos textos de Rio Branco: a desordem e os riscos de desintegração do Império durante as regências. Em suas palavras, o período “mais agitado de sua História, o mais perigoso para a vida nacional”.³⁰ A preservação da integridade territorial estava na base desse discurso sobre a nacionalidade, que confundia nação e território:

“Se a energia patriótica de alguns homens de Estado, sustentada pelo devotamento da grande maioria da nação, não o tivesse preservado de um golpe homicida, teria o Império se fracionado em diversas repúblicas rivais, sem força e sem prestígio. Outro mal sério para a unidade era a indisciplina das tropas, resultado da ignorância e dos maus exemplos de alguns chefes militares.”³¹

Nessa visão, as revoltas, como no Pará (1835) que começou “pelo assassinato e o saque”, com “atos de banditismo e ferocidade” e no Maranhão (1838-1841), que “teve o mesmo aspecto selvagem e a mesma crueldade,”³²

²⁸ *Idem, ibidem*, p. 24-25.

²⁹ *Idem, ibidem*, p. 26.

³⁰ *Idem, ibidem*, p. 32.

³¹ *Idem, ibidem*, p. 33.

³² *Idem, ibidem*, p. 34.

eram equacionadas com a ação descontrolada e sem maior sentido de alguns. Outros movimentos, como na Bahia (1837-38) e no Rio Grande do Sul (1835-45), foram qualificados por Rio Branco como “revoluções políticas, republicanas e separatistas”. Este era o maior risco, a situação indesejável que aproximaria o Brasil dos vizinhos hispano-americanos: “o federalismo degenerava em separatismo, no Brasil como em toda a América espanhola, do golfo do México ao Prata, com exceção do Chile e do Paraguai”.³³

A experiência compartilhada pelos construtores da ordem saquarema do “despotismo” do Primeiro Reinado e da “anarquia” das regências moldou as representações que os ideólogos da monarquia brasileira dela faziam. “Ainda que reduzida à cabeça do regime, às regiões economicamente mais importantes e aos postos-chave do poder central, a ordem imperial prezava-se superior à ‘desordem’ que lhe antecederam”.³⁴ Em contraste, consolidou-se uma cultura política que abominava as mudanças, concordando apenas com as reformas que fossem consideradas inevitáveis, mas sempre executadas de forma prudente, lenta, moderada e consensual, sendo esse consenso naturalmente entendido como a anuência de um restrito círculo de políticos e oligarcas. A discussão de eventuais mudanças devia ser mantida nos estreitos limites das instituições-chave do Império: o Ministério, as duas Câmaras (mas, principalmente, o Senado vitalício) e o Conselho de Estado.

Desde o início com uma visão centrada na dinâmica parlamentar, até como um elemento que aproximava o Brasil dos países “civilizados”, ao comentar a vida política do período regencial, Rio Branco fará breves comentários sobre os partidos do Primeiro Reinado (Liberal Moderado, Liberal Exaltado e Restaurador) e apresentará o Ato Adicional como produto de “todas as concessões razoáveis” dos moderados.³⁵ Projetando no passado um debate que era crucial no momento em que escrevia, Rio Branco dará grande ênfase ao “bom senso” demonstrado ao não terem as reformas descentralizadoras

³³ *Idem, ibidem*, p. 35.

³⁴ ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império* (São Paulo: Paz e Terra, 2002, pp. 55-56).

³⁵ MOSSÉ, Benjamin. *Op. cit.*, p. 37.

consubstanciadas no Ato Adicional permitido a eleição dos presidentes das províncias, que continuaram a ser indicados pelo Rio de Janeiro.

A importância do tema se reflete não só no fato de estar discutido nos três textos publicados em 1889. No *D. Pedro II*, há uma extensa nota,³⁶ em que ele expressa, sem rodeios, e atribuindo diretamente a si, e não a Mossé, sua opinião sobre essa questão, um tema candente em 1889. Trata-se de uma longa nota de rodapé, mas que merece ser citada na íntegra:

“Em *Le Brésil* (monografia já citada) lemos com prazer a passagem seguinte do capítulo *Histoire*, com a assinatura do Barão do Rio Branco e de E. Levasseur: ‘Para satisfazer aos liberais monarquistas, partidários da autonomia provincial, foram votadas, em 1834, reformas constitucionais (Ato Adicional). Os federalistas pediram então que os presidentes de províncias fossem eletivos ou escolhidos pelo governo central mediante listas apresentadas pelas assembleias provinciais. Mas a maioria teve o bom senso de repelir (12 de julho) as propostas que quebrariam a unidade nacional e se tornariam a causa de lutas semelhantes àquelas que têm entravado o progresso de muitos estados hispano-americanos’.

Exprimimos ao Barão do Rio Branco o desejo de conhecer sua opinião sobre esta questão de autonomia provincial. A seleção de cadeiras feitas a partir de listas apresentadas pelas províncias, nos disse o Sr. Rio Branco, tem ainda mais inconvenientes do que a eleição desses funcionários. Primeiro, a lista pode ser composta por nomes que não merecem a confiança do governo central. Em segundo lugar, aqueles que não são nomeados, muito provavelmente, se tornarão adversários e desafetos da autoridade central nas províncias, com grande prejuízo para a unidade nacional. Os

³⁶ As notas de rodapé do *D. Pedro II* são especialmente interessantes para a compreensão das ideias e objetivos de Rio Branco. Nelas, ele elogia seus amigos, ressalta as qualidades e atos de pessoas (como a Condessa de Barral) queridas de D. Pedro, seu “leitor privilegiado”, e transmite diversos recados: a febre amarela não seria tão severa como se dizia na Europa, a caféina (e o café, principal produto de exportação) teria, inclusive, qualidades medicinais, etc. Mais importante, essas notas são, em muitos casos, onde suas opiniões políticas estão mais claramente expressas.

presidentes eleitos certamente criarão conflitos entre o governo central e governos provinciais. Cada presidente, homem de partido, não garantiria a oposição, e sempre prepararia a eleição do seu sucessor. A oposição teria apenas um meio de vencer: seria pela revolta. O Barão do Rio Branco louva muito a autonomia provincial, mas entende que ela já existe nas províncias mais ricas e populadas, sendo sobretudo a organização federal das possessões inglesas o que conviria imitar e que isto se pode fazer nos limites do Ato Adicional. Em sua opinião é bastante criar nas províncias mais importantes duas Câmaras e o governo parlamentar. Seria o presidente nomeado sempre pelo poder central, por um período de quatro anos. Governaria com os ministros provinciais, (interior e instrução pública, comércio, agricultura e obras públicas, finanças) tirados da maioria parlamentar. O presidente poderia ser substituído antes da expiração do prazo governamental se as duas Câmaras de província ou os dois terços da Câmara dos Deputados o pedissem ao governo central. Os senadores seriam eleitos, porém inamovíveis. O presidente teria o direito de dissolver a Câmara dos deputados. Na *Colonial office list*, livro publicado anualmente na Inglaterra, achar-se-iam instruções muito precisas sobre a organização especial de cada possessão britânica.”³⁷

Ademais de recorrer, mais uma vez, ao contraste com um “outro” indesejável, as repúblicas hispano-americanas, e de reforçar seu argumento com a citação de Levasseur (quando na verdade está citando um texto seu), o trecho transcrito traz uma clara proposta de reforma interna de um tema de crucial importância na voz do próprio Rio Branco, algo que é bastante incomum e revela, talvez, o escopo de suas ambições políticas naquele momento.

Rio Branco prossegue, no *D. Pedro II*, abordando transformação dos partidos do período regencial e a gênese dos partidos Conservador e Liberal. Ele aponta os esforços de “pacificação” das revoltas regionais, dando grande (e,

³⁷ MOSSÉ, Benjamin. *Op cit*, pp. 54-56, nota 7. A transcrição da nota na versão em português de 1890 está truncada. O texto foi restabelecido com base na versão francesa de 1889.

na verdade, merecido) destaque a Caxias, amigo da família. Esse cenário permitiu a declaração da maioria de D. Pedro II, que aceitou “corajosamente, à hora do perigo”.³⁸

No capítulo intitulado “Um pouco de geografia física e política do Brasil”, Rio Branco descreveu o sistema político com ênfase na estabilidade proporcionada pela monarquia e fez descrições generosas sobre o potencial do país, certamente também dirigidas a tranquilizar os receios de possíveis imigrantes e incentivar a vinda de mão de obra europeia. Ele, por exemplo, enfrenta o problema da péssima fama do Rio de Janeiro, onde a febre amarela era endêmica desde 1849, com a publicação das estatísticas a respeito, mostrando que de 1850 a 1884 teria havido cerca de 34.000 casos em uma população de 350.000 habitantes. Para Rio Branco, isso demonstraria que na “Europa foram muito exagerados os surtos de febre amarela. São principalmente os agentes de emigração, a serviço de um país vizinho do Brasil, que fazem na Europa a campanha de descrédito”.³⁹

Outro dos grandes temas da ordem saquarema será abordado detidamente por Rio Branco: a conciliação e o consenso sobre a ordem interna. Com o esmagamento da revolta no Maranhão, em 1841, outra vez por Caxias, assiste-se ainda a uma nova revolta contra o governo central, em São Paulo e Minas, também vencida por Caxias na batalha de Santa Luzia, em 1842, e, finalmente, em 1849, esmagou-se a Praieira, em Pernambuco. O historiador Rio Branco não discute as causas ou contextos das diversas revoltas regionais, apresentando-as sempre do ponto de vista de ameaças à ordem e à integridade nacional. Para ele, o fim da “anarquia” será dado pela inauguração da política de “conciliação” pelo Gabinete do Marquês de Paraná, em 1853.

Essa “conciliação” teria sido possível porque “as vitórias da lei e da unidade nacional foram sempre seguidas de anistia geral”. O Barão atribuiu ao jovem Imperador essa diretriz, como forma de legitimá-la e de ressaltar as virtudes do rei e da monarquia:

³⁸ *Idem, ibidem*, p. 42.

³⁹ *Idem, ibidem*, p. 49, nota 3, grifo meu.

“Perseguições ou execuções capitais jamais foram permitidas por D. Pedro II. Perdoava sempre os crimes políticos. Persuadia-se, com razão, de que o rebelde da véspera seria o servidor mais dedicado do dia seguinte, quando agraciado. Fez, aliás, experiência desta verdade governamental que tão poucos soberanos têm o bom senso de compreender e a habilidade de praticar. Não via no rebelde senão um desencaminhado que devia voltar à razão.”⁴⁰

Naturalmente, a conciliação estava restrita às disputas internas das elites e a violência continuava a ser a norma nas disputas locais e no trato das classes subalternas, no marco de uma sociedade escravista e hierarquizada. O historiador Rio Branco, como aliás seria de se esperar, repete o mantra da historiografia conservadora do Império. Também nessa linha, ele prossegue sua análise com uma comparação do estado de “civilização e progresso” do Brasil entre o fim da regência e aqueles anos que se aproximavam do jubileu do reinado de D. Pedro. O resultado não poderia ser mais claro: “Que admirável transformação! Dir-se-ia que um sopro mágico passou sobre o país”.⁴¹ Acima de tudo, haviam sido superadas as tendências separatistas graças a uma visão “nacional” dos líderes monarquistas: “As vistas largas desses homens (...) não se limitavam ao círculo restrito de uma província. Havia desejado construir um Brasil e não Guatemalas e Costas Ricas”.⁴²

Política externa e temas militares

A obra historiográfica de Rio Branco é especialmente interessante quando ele trata dos temas militares e da política externa, que merecem três capítulos específicos no *D. Pedro II*: “A guerra de 1851 a 1852”, “Política externa” e “A guerra do Uruguai e do Paraguai”. O Barão, por seus laços familiares e de

⁴⁰ *Idem, ibidem*, pp. 62-63.

⁴¹ *Idem, ibidem*, p. 80.

⁴² *Idem, ibidem*, p. 82.

amizade, teve um acesso privilegiado aos principais atores brasileiros (militares, diplomatas e estadistas) das relações internacionais do Segundo Reinado. Seu pai foi um dos mais influentes estadistas e diplomatas da época. Caxias era um dos grandes amigos dos Paranhos, pai e filho, a quem o Duque trata carinhosamente de “meu Juca”. Seu tio, Antônio Paranhos, esteve na frente de batalha. Desde cedo, o jovem Rio Branco se correspondeu com muitos dos participantes dos eventos e, por meio dessas cartas, colheu dados, corrigiu informações, obteve depoimentos exclusivos. Buscou e consultou com grande empenho os relatórios e outras fontes primárias impressas. Também teve cuidado com as fontes secundárias e não se limitou às publicações brasileiras. Um bom exemplo é seu trabalho em comentar e refutar as informações que considerava parciais ou incorretas na obra de Schneider sobre a guerra do Paraguai. O resultado, em todos seus textos, é uma narrativa sempre rica em detalhes, fatos, números e seu trabalho persiste como uma fonte primária de grande valor até hoje.

As análises de Rio Branco são, sem sombra de dúvida, parciais. A justificativa das intervenções brasileiras gira sempre em torno da defesa de sua “honra e interesses” e de sua “missão civilizadora”.⁴³ Os inimigos, Rosas e López, são bárbaros e seus motivos sempre derivados do ódio e da ambição. Em sua análise não há, no entanto, espaço para o xenofobismo, racismo⁴⁴ ou para ataques aos argentinos e aos paraguaios enquanto nacionalidades ou pessoas: “essas guerras não foram dirigidas contra povos, mas contra tiranos

⁴³ *Idem, ibidem*, p. 66.

⁴⁴ Naturalmente, não é de se esperar que o discurso e as práticas de Rio Branco estejam isentos de referências raciais. Ele certamente partilhava valores e usos de seu extrato social e momento histórico. De fato, por exemplo, ao explicar o sucesso dos Estados Unidos, uma república e uma federação como os países hispano-americanos, ele atribui o “segredo da prosperidade dos Estados Unidos da América do Norte se encontra na energia, no senso prático deste povo e na grande corrente emigratória que desde muito se dirige para aquele país”. (*Idem, ibidem*, p. 35, nota 4). São muitas, também, as referências aos cabelos louros, olhos claros, etc. de D. Pedro II, obviamente com intenção de sinalizar com algum tipo de superioridade pessoal. O ponto aqui, no entanto, é outro: a alteridade com os países hispano-americanos, elemento muito importante na construção da identidade que se pretendia, não se baseava em argumentos raciais, muito comuns na época, mas em aspectos políticos.

da pior espécie que ousavam intitular-se governadores ou presidentes de Repúblicas imaginárias”.⁴⁵ A crítica recorrente é contra o sistema político das repúblicas vizinhas (que, por aí, se distinguiriam da “civilizada” monarquia brasileira):

“Nas repúblicas hispano-americanas, os partidos da oposição não têm senão um meio de chegar ao poder: a revolução, a guerra civil. Não há possibilidade de vencer um governo nas eleições e o presidente, que é sempre um homem de partido, prepara a eleição de seu sucessor.”⁴⁶

A defesa da civilização não se faz, portanto, em bases raciais e as deficiências do “outro” estão concentradas no sistema político, na anarquia que suas instituições e seus líderes provocam. Fazer dessa contraposição base do discurso sobre as relações exteriores servia, também, para alertar para os perigos do republicanismo, do federalismo e realçar a ordem, a conciliação interna e a civilização do Império, afinal vitorioso em seus embates internacionais contra os inimigos assolados por esses males.

As guerras serviam também para reforçar o patriotismo e o sentido de unidade do Império. As narrativas são, nesse diapasão, épicas, e o conflito é palco para a ação dos heróis da nacionalidade: Osório, Tamandaré, Caxias, mas também o Conde d’Eu, que assumiu o comando das tropas brasileiras na fase final da guerra. A campanha militar é detalhada em suas manobras e batalhas. Os exércitos nos dois lados são descritos em número de combatentes e os encontros nos detalhes de mortos, feridos, armamentos conquistados, posições tomadas. Depois, a historiografia republicana iria minimizar e mesmo ridicularizar a participação do Conde d’Eu, mas Rio Branco esforçou-se por realçá-la. Francês de nascimento, o Conde era o consorte da futura Imperadora, Isabel. Era urgente a tarefa de popularizá-lo e o Barão não deixou de elogiá-lo em sua narrativa:

⁴⁵ *Idem, ibidem*, p. 92.

⁴⁶ *Idem, ibidem*, pp. 104-105.

“O conde d’Eu não se preocupou com as dificuldades de sua missão. Soube desenvolver, a serviço do país que o adotara e lhe confiava a sorte de seu exército, preciosas qualidades de administração e bravura que justificaram plenamente a escolha do Imperador e seu governo.”⁴⁷

Rio Branco tampouco deixou de informar seus leitores que o Conde d’Eu seria o responsável pela abolição da escravidão no Paraguai, quase duas décadas antes do Brasil, pelas pressões que teria feito sobre o governo provisório paraguaio nesse sentido. Além de herói militar, o Príncipe Consorte estaria em sintonia desde cedo com os sentimentos abolicionistas, que estavam em alta em 1889 quando o livro foi publicado.

~ Discutindo a abolição

A abolição, pela sua atualidade e importância política, foi o tema de nada menos que seis capítulos no *D. Pedro II*: “A emancipação dos escravos, começo da reforma”, “A abolição completa”, “Depois da abolição”, “Papel de D. Pedro II e da Princesa Isabel na reforma emancipadora”, “Os protestos” e “Banquete francês comemorativo da emancipação dos escravos”. Não estavam claras ainda as consequências políticas e sociais da abolição e seus efeitos sobre a monarquia. A modernização da agricultura, a pressão dos setores abolicionistas e a crescente resistência dos escravos já haviam tornado insustentável sua manutenção. Ainda que D. Pedro II tivesse, desde a Fala do Trono de 1867, expressado muitas vezes sua preocupação com a “questão servil”, a participação da Coroa no processo era vista por muitos como tímida e tardia. Os setores mais reacionários, por sua vez, consideravam-se traídos pela monarquia e exigiam ser indenizados pelo Estado pela libertação de seus escravos. Vendiam a ideia de que a abolição seria a ruína da principal atividade produtiva do Brasil, com a desorganização da produção agrícola, e fonte de rebeliões e anarquia, a ser promovida pelos libertos e outros grupos subalternos.

⁴⁷ *Idem, ibidem*, p. 139.

No *D. Pedro II*, Rio Branco procurou enfrentar todas essas questões e enquadrar suas respostas a essas indagações na perspectiva da continuidade da monarquia, inclusive para além da existência física do velho monarca. A abolição era uma causa fortemente popular, no Brasil e no exterior. O ponto mais importante era, portanto, associar a libertação dos escravos a D. Pedro e, principalmente, a sua herdeira Isabel e a seu marido, o Conde d'Eu.⁴⁸ Se possível, sem alienar o apoio dos setores mais reacionários, que foram contrários à abolição até o final, mas seriam fiéis à monarquia.

A perspectiva de Rio Branco sobre a questão parte da constatação de que a escravidão era um legado histórico, indesejável, da colonização portuguesa. Um problema que deveria ser enfrentado, dentro da perspectiva da ordem saquarema, de forma gradual, cuidadosa, por meio de sucessivos consensos. O Barão explica que “como o trabalho da lavoura, a grande riqueza do Brasil, era confiado aos escravos, seria necessário realizar esta reforma com prudência para não arruinar a agricultura e o país”.⁴⁹ Ele realçou o caráter gradual desse processo: a Lei Eusébio de Queiroz (1850), que extinguiu o tráfico; a Lei Rio Branco (1871), que decretou a liberdade dos recém-nascidos; a Lei dos Sexagenários (1885), que libertou os maiores de sessenta anos; e, finalmente, a Lei Áurea, de 13 de maio de 1888.

D. Pedro e a monarquia são sempre descritos como favoráveis e preocupados com a abolição, mas “não sendo, porém, um rei absolutista, não podia decretá-la com uma simples penada. O que se podia fazer era empregar todo o seu prestígio e encorajar os esforços dos políticos que trabalhavam nesse sentido”.⁵⁰

⁴⁸ Rio Branco foi, inclusive, mais além. Na Nota n.º I, complementar ao corpo do *D. Pedro II*, ele relata que os netos do Imperador mantinham um pequeno jornal onde “os sentimentos abolicionistas dos jovens príncipes, marcados do mais puro liberalismo, ressaltam bem antes da promulgação da grande lei de 13 de maio de 1888, a propósito da libertação dos escravos da cidade de Petrópolis” (*Idem, ibidem*, p. 314).

⁴⁹ *Idem, ibidem*, p. 148.

⁵⁰ *Idem, ibidem*, pp. 148-149.

Antes de mais nada, Rio Branco procura esclarecer seus leitores que as condições a que eram submetidos os escravos no Brasil não eram tão ruins. Utiliza-se (como muitas partes do livro) do testemunho de um francês⁵¹ para dar credibilidade a suas afirmações e argumentar que “no Brasil o preconceito de raça não existe” e que o escravo “é um trabalhador preso ao solo em condições às vezes mais suaves que as de muitos assalariados na Europa”.⁵² Rio Branco prossegue, na sua voz de Benjamin Mossé, e complementa que:

“Desde a supressão do tráfico [em 1850], o escravo no Brasil passou a ser bem alimentado, bem alojado e bem vestido pelos lavradores. O trabalho a que se submetia era moderado, encontrando por parte dos senhores solicitude e proteção. O lavrador tinha mesmo interesse em ser humano, para poupar e prolongar a existência desses homens-máquina.

Uma lei proibia então a separação dos membros de uma família de escravos. Um negro casado, tendo filhos, só podia ser vendido com todos os seus.

Depois da emancipação total, decretada em 1888, quase todos os escravos quiseram continuar nas propriedades rurais onde tinham passado a mocidade e constituído família.”⁵³

Com a dupla vantagem de reforçar o caráter gradual e negociado do processo de abolição e homenagear seu pai, o Barão dá grande destaque à lei de setembro de 1871 que declarou livres os recém-nascidos, conhecida como a Lei do Ventre Livre, à qual ele se refere como Lei Rio Branco. Ele chega a deixar implícito que o problema estaria resolvido ao associar-se essa lei com a extinção do tráfico. A escravidão acabaria paulatinamente, pois já não seriam escravos os nascidos no Brasil e não podiam ser importados outros escravos

⁵¹ No caso, ele usou o livro do Dr. Louis Couty, *L'esclavage au Brésil*, publicado em 1881. Rio Branco conhecia detalhadamente a bibliografia publicada sobre o Brasil na Europa, em especial na França, e a utilizou com maestria em apoio a seus argumentos.

⁵² MOSSÉ, Benjamin. *Op cit*, p. 152.

⁵³ *Idem, ibidem*, p. 151.

da África. É certo. Mas assim a escravidão no Brasil poderia ter se prolongado até bem avançado o século XX. De todo modo, a argumentação de Rio Branco é no sentido de que a lei de 1871 “preparou” o Brasil para que a abolição completa pudesse ser feita sem sangue ou desordem.

Quando discute a campanha abolicionista, o Barão vai se centrar na ação dos ativistas mais próximos da monarquia e, muitas vezes, de seus amigos pessoais. Joaquim Nabuco tem um papel fulcral nessa narrativa, mas não estão esquecidos seu querido amigo Gusmão Lobo e tampouco João Alfredo Correa de Oliveira e Antônio Prado, membros do Gabinete de 1888. Nabuco é citado em diversas ocasiões, com muita propriedade, pois suas credenciais abolicionistas eram impecáveis; seu discurso encaixava-se perfeitamente no projeto de associar a monarquia ao esforço de abolir a escravidão, interpretação que estava longe de ser consensual. Ademais, era uma oportunidade para dar realce a seu querido amigo e aliado, que ele próprio, na voz de Émile Levasseur na *Grande enciclopédia*, proclamou como o Buxton⁵⁴ brasileiro. O capítulo intitulado “Papel de D. Pedro II e da Princesa Imperial na reforma emancipadora” é quase literalmente uma longa citação do *Abolicionismo*, de Nabuco, com ênfase na tese da lei de 1871 como preparação para abolição e na ação pessoal de D. Pedro e da Princesa, com a clara conclusão de que a “parte que cabe ao Imperador em tudo que se executou pela causa da emancipação, é muito grande, é essencial”.⁵⁵

Mas se era importante associar a monarquia com a abolição, era crucial também não perder o apoio dos setores mais reacionários, que figuravam até então como seu mais forte sustentáculo. As questões da esperada indenização aos antigos senhores, da possível desorganização da lavoura, da possibilidade de anarquia e desordens promovidas pelos ex-escravos foram enfrentadas no texto de Rio Branco de modo a preservar a monarquia e mostrar a reforma como inevitável.

⁵⁴ Sir Thomas Fowell Buxton (1786-1845), abolicionista inglês.

⁵⁵ MOSSÉ, Benjamin. *Op. cit.*, p. 205.

O Barão descreve o crescente movimento abolicionista como uma tendência irresistível, com crescentes vagas de alforrias espontâneas por parte dos senhores. A família Prado de São Paulo (de seu íntimo amigo Eduardo) foi tomada como exemplo. Os escravos estariam, também, deixando as fazendas por sua conta e, nessa narrativa idílica, ao confrontar-se com polícias e soldados que tentavam detê-los, eles responderiam altivamente:

“Atirai sobre nós, se quiserdes; não temos armas e não queremos nos defender. Mas somos homens como vós e queremos que nos restituam a liberdade que todo homem recebe de Deus. Vamos procurar trabalho onde nos receberem como homens livres!”⁵⁶

Ou seja, a mudança era irreversível, mas os antigos escravos, de forma pacífica e ordeira, buscariam apenas adaptar-se às novas condições de trabalho e, no limite, se a “nação” tivesse decidido em contrário, os escravos poderiam ter sido coagidos a permanecer em sua condição de cativos. Assim, de forma algo contraditória com a ideia da inevitabilidade da reforma, Rio Branco também acena com a interpretação da abolição como uma concessão feita graciosamente pelos senhores.⁵⁷

O caráter ordeiro da transformação foi também realçado pela ênfase no debate parlamentar sobre a Lei Áurea que é descrito em nada menos de sete páginas do *D. Pedro II*, onde a resistência dos escravagistas liderada pelo Con-

⁵⁶ *Idem, ibidem*, p. 180.

⁵⁷ Em carta aos bispos brasileiros, depois da abolição, o Papa Leão XIII deu os seguintes “conselhos” aos escravos, que Rio Branco citou como mais uma forma de tranquilizar seus leitores contra o perigo de desordens ou incompreensão dos ex-escravos sobre o “benefício” recebido:

“Que eles guardem religiosamente o sentimento de gratidão e se esforcem para prová-lo com cuidado àqueles a quem devem a liberdade. Que não se tornem jamais indignos de tão grande benefício, e que não confundam nunca a liberdade com a licença de paixões; que usem dela, como convém a cidadãos honestos, para o trabalho de uma vida ativa, para o progresso e para o bem da família e do Estado.

Que cumpram sempre o dever de respeitar a majestade dos príncipes, de obedecer aos magistrados e observar as leis, não pelo medo mas pelo espírito da religião.

Que se abstenham de invejar a riqueza e a superioridade dos outros, porque é muito para se lamentar que grande número de pobres se deixem dominar pela inveja, origem de tanto mal”.

selheiro Paulino de Souza foi digna, mas vencida pela vontade geral da “nação” em uma discussão marcada pelo cavalheirismo e a altivez. Reforçava a ideia da abolição como uma dádiva, produto de um debate de ideias e valores, uma evolução natural da civilização desconectada das lutas concretas dos próprios escravos e de outros setores.

Sobre a possível desorganização da produção com o fim do trabalho escravo, Rio Branco respondeu com cifras e dados concretos:

“Ora, os libertos não deixaram de trabalhar, e as grandes culturas não se perderam. Os embarques de café, no Rio e em Santos, foram mais consideráveis neste ano do que no ano precedente (Discurso do Presidente do Conselho na Câmara dos Deputados, a 27 de agosto de 1888); os títulos brasileiros são cotados acima do par; o câmbio subiu rapidamente, foi além do par e atingiu a uma taxa que não se conhecia há muito tempo, e o Império pôde contrair, em Londres, um empréstimo mais vantajoso do que todos os que tinham sido feitos anteriormente. Há mais ainda. A corrente de emigração para o Brasil aumentou de tal sorte que o número de 1888 é seis vezes maior do que a média dos anos precedentes.”⁵⁸

O tema melindroso, ainda que claramente conjuntural, da exigência de uma indenização do Estado em favor dos senhores que reclamavam terem sido expropriados de seus escravos foi tratado com muito cuidado e em diversos planos. O Barão começa admitindo que a “verdade histórica obriga-nos, porém, a reconhecer que, recentemente, e sobretudo em 1871, houve lavradores que gritaram bem alto que estavam sendo despojados de uma propriedade legítima”.⁵⁹

⁵⁸ MOSSÉ, Benjamin. *Op cit.*, pp. 197-198.

⁵⁹ *Idem, ibidem*, p. 210. Grifo meu. A insistência de Rio Branco em mencionar sempre que possível a reforma de 1871 explica-se pelo empenho de ressaltar o trabalho de seu pai e pela conveniência ideológica de apresentar a abolição como um longo processo, mas também se deve ter em mente que ele foi, como Deputado e como filho do Presidente do Conselho de Ministros, testemunha privilegiada dos debates, argumentos e contra-argumentos, sobre a Lei do Ventre Livre. Quando da proclamação da Lei Áurea, Paranhos já estava há muitos anos na Europa, de modo que é natural que tenha recorrido aos debates que conhecia em primeira mão para ilustrar suas teses.

O questionamento moral da escravidão em si é o ponto de partida da argumentação, temperado pelo argumento de que com seu trabalho não remunerado o escravo teria pago rapidamente o valor pago por sua compra. Com base na quantidade de sacas colhidas e no preço do café, Rio Branco calculou que dois anos de trabalho seriam mais do que suficientes para repor o capital dispendido na compra do escravo.

Com uma longa exposição, baseada em uma cuidadosa e detalhada pesquisa, Rio Branco dedicou-se também a refutar a afirmação de que em todos os países onde a escravidão foi abolida teriam sido pagas indenizações. Repassou o caso de todos os países da América e de diversos países europeus e concluiu que nas ocasiões em que foi efetivamente paga uma indenização (Dinamarca, Suécia, Holanda, Inglaterra e França) o dinheiro gasto “não foi ajudar a agricultura; caiu quase inteiramente nas mãos dos corretores do Havre, de Paris, de Londres e de Liverpool”.⁶⁰

A questão do pagamento de indenizações aos senhores estava nas mãos do Congresso e Rio Branco argumentava que “não haverá jamais um Parlamento, no Brasil, capaz de votar semelhante indenização, isto é, impor ao povo tão pesado tributo”.⁶¹ Com um comentário que certamente está na medida para preservar o Imperador em relação a esse tema tão espinhoso, Rio Branco acrescenta que:

“Entretanto, se uma indenização, que, a nosso ver, seria grande injustiça, fosse votada pelos representantes do povo brasileiro, D. Pedro II não recusaria sanção à lei; porque, já o dissemos, ele nunca usou do direito de *veto*. Conhece muito bem, como a princesa, o papel de um soberano constitucional. Certamente eles não manifestarão sua opinião, favorável ou contrária à indenização. Concordearão em todo caso com a vontade do povo.”⁶²

⁶⁰ *Idem, ibidem*, p. 222.

⁶¹ *Idem, ibidem*, p. 224.

⁶² *Idem, ibidem*, p. 224.

Rio Branco, inclusive, arriscou uma proposta sua, pela voz de Mossé, para resolver a questão:

“Cremos que a única lei razoável e justa neste assunto seria a que concedesse uma compensação aos antigos senhores de escravos comprados depois da lei de 28 de setembro de 1885, desde que ficasse provado que esses escravos não eram africanos importados depois da lei de 4 de novembro de 1831.”⁶³

O fim da escravidão era uma questão crucial na política interna, mas tinha também reflexos importantes no plano externo, em uma perspectiva muito cara a Rio Branco: a questão da imagem internacional do Brasil. Nesse sentido, ele argumenta sobre a necessidade de fazer essa reforma conhecida na Europa, pois ela marcaria “o fim da escravidão no mundo civilizado”. Assim, prossegue Rio Branco, “agora é para a África, para a Turquia e para a Pérsia que os abolicionistas de todos os países devem voltar os olhos”.⁶⁴ A noção do Brasil como parte da “civilização” europeia e, inclusive, mais civilizado que nossos vizinhos hispanos pela presença da monarquia era uma das ideias básicas da identidade que as elites brasileiras criavam para si. Terá sido, portanto, um grande alívio deixar de ser o único país “civilizado” a manter a escravidão.

A repercussão internacional, em especial na França, da abolição da escravidão foi mostrada em um capítulo sobre um banquete que os abolicionistas franceses e brasileiros ilustres residentes em Paris realizaram para comemorar o evento. O centro da narrativa está no realce que teria sido dado ao papel de D. Pedro II, que foi representado na cerimônia por seu neto Pedro Augusto. A repercussão na imprensa foi destacada e Rio Branco encontrou um momento para comentar que seu dileto amigo Eduardo Prado havia reunido uma coleção de mais de 400 artigos de imprensa sobre o fim da escravidão, que enviou à Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro. Certamente, a menção foi mais derivada da amizade que os

⁶³ *Idem, ibidem*, p. 224.

⁶⁴ *Idem, ibidem*, p. 229.

unia do que à importância do feito. Mas, nesse sentido, também é curiosa a menção feita ao seu outro amigo, este então bastante jovem, Domício da Gama, como exemplo de brasileiro bem educado, que fala bem francês e conhece literatura. O Barão não deixava de dar provas de amizade.

~ Fé na continuidade da monarquia

Os dois últimos capítulos do *D. Pedro II*, “O devotamento de D. Pedro II a seu povo” e “Atividades fecundas de D. Pedro II – suas viagens” são um panegírico que recolhe os testemunhos de muitas personalidades (Príncipe Adalberto da Prússia, Alexandre Herculano, F. Wolf, Louis Pasteur, Louis Agassiz, Longfellow, Charles Darwin, Alexandre Dumas Filho, Lamartine, Victor Hugo) sobre as qualidades pessoais do Imperador, seu amor à ciência e às artes e sua preocupação com o bem-estar dos brasileiros. Suas viagens ao exterior, que recebiam críticas no Brasil, eram explicadas e louvadas pela boa imagem que o Imperador deixava junto aos estrangeiros, como um instrumento de promoção do Brasil.

Após narrar os elogios de Lamartine e Victor Hugo ao velho Imperador, o texto de Rio Branco/Benjamin Mossé se encerra com uma previsão que logo se revelou errônea: “dentro de um ano, a 23 de julho de 1890, os brasileiros e todos os admiradores estrangeiros desse grande príncipe, celebrarão o jubileu de seu reinado glorioso”. O livro termina com uma expressão de confiança do julgamento da posteridade sobre o reinado de D. Pedro II:

“A História, na sua justiça imparcial, consagrará plenamente o juízo que dele fizeram os dois maiores gênios poéticos venerados pela França; e a posteridade bendirá, para sempre, esse imperador incomparável que é um filantropo, um sábio, um amigo da Justiça, da Verdade e da Liberdade, esse soberano filósofo que se utiliza do poder apenas para a felicidade e para a glória do povo brasileiro.”⁶⁵

⁶⁵ *Idem, ibidem*, p. 311.

~ Conclusão

Será sempre um pouco artificial a separação de Rio Branco como historiador de suas outras facetas – estadista, diplomata, jornalista, publicista. No entanto, os três trabalhos em que se centrou esta análise serão, certamente, a melhor expressão de sua visão particular da história do Brasil e de seu estilo e metodologia. Não há dúvidas de que os textos, em especial o *D. Pedro II*, estão condicionados por questões conjunturais e por intenções políticas, mas deixam claro os valores que orientavam suas pesquisas e sua reflexão como historiador.

Rio Branco mostra em seus textos uma extraordinária capacidade para reunir e organizar dados, estatísticas e informações factuais diversas e organizá-las de modo inteligente e produtivo, com o auxílio de um amplo leque de fontes secundárias que ele demonstrou conhecer e dominar. O resultado é um texto fluido, bem argumentado, escrito em um estilo atraente e muito rico em fatos e datas. Não há dúvida de que, mesmo hoje, serve de importante fonte de referências e dados primários.

Sua visão da história era, sem dúvida, pragmática e tinha implícito o objetivo de projetar uma determinada imagem do Brasil, que confirmava e validava os valores e as práticas da ordem saquarema na qual foi criado e socializado politicamente. Uma história conservadora, centrada na diferenciação entre o Brasil e seus vizinhos em vista da suposta superioridade em termos de grau de civilização conferida pela monarquia, que nos aproximava do modelo europeu e nos distanciava da América republicana. Uma monarquia parlamentar em que prevaleceria o consenso e a conciliação, traduzidos na ordem e na obediência às hierarquias e valores tradicionais.

Socializado no contexto da ordem saquarema, da qual seu pai foi um dos mais influentes personagens, Rio Branco foi um historiador que refletiu esses valores e essa cosmovisão, com grande competência, uma sólida base factual e uma narrativa sempre inteligente. Em termos de metodologia, temas e interpretações, ele não inovou e antes refletiu fielmente a historiografia corrente no Segundo Reinado. Nesse sentido, é ilustrativa a proximidade de Paranhos com o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), principal instituição científica brasileira da época, do qual Rio Branco era sócio desde os 22 anos. Em 21 de novembro de 1907, ele assumiu a presidência do Instituto, posição que manteve até sua morte.

Em seus textos podem-se reconhecer as recomendações de Von Martius, que em 1845, publicou na revista do IHGB seu importante ensaio “Como se deve escrever a história do Brasil”:

“A história é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente. Ela pode difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo. Uma obra histórica sobre o Brasil deve, segundo a minha opinião, ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas. O Brasil está afeto em muitos membros de sua população de ideias políticas imaturas. Ali vemos republicanos de todas as cores, ideólogos de todas as qualidades. É justamente entre estes que se acharão muitas pessoas que estudarão com interesse uma história de seu país natal; para eles, pois, deverá ser calculado o livro, para convencê-los por uma maneira destra da inxequibilidade de seus projetos utópicos, da inconveniência de discussões licenciosas dos negócios públicos, por uma imprensa desenfreada, e da necessidade de uma monarquia em um país onde há um tão grande número de escravos. Só agora principia o Brasil a sentir-se como um Todo Unido. Ainda reinam muitos preconceitos entre as diversas províncias: estes devem ser aniquilados por meio de uma instrução judiciosa; cada uma das partes do Império deve tornar-se cara às outras; deve procurar-se provar que o Brasil, país tão vasto e rico em fontes variadíssimas de ventura e prosperidade civil, alcançará o seu mais favorável desenvolvimento, se chegar, firmes os seus habitantes na sustentação da monarquia, a estabelecer, por uma sábia organização entre todas as províncias, relações recíprocas. [...] Justamente na vasta extensão do país, na variedade de seus produtos, ao mesmo tempo em que os seus habitantes têm a mesma origem, o mesmo fundo histórico, e as mesmas esperanças para um futuro lisonjeiro, acha-se fundado o poder e a grandeza do país. *Nunca esqueça, pois, o historiador do Brasil, que para prestar um verdadeiro serviço à sua pátria deverá escrever como autor monárquico-constitucional, como unitário no mais puro sentido da palavra.*”⁶⁶

⁶⁶ VON MARTIUS, Carlos Frederico. “Como se deve escrever a história do Brasil”. In: *Jornal do Instituto Histórico Geográfico* (Tomo VI, n.º 24, 1845, pp. 401-402). Grifo meu.

O historiador Rio Branco estava ciente do cânone proposto por Von Martius e pelo IHGB. Seu trabalho, certamente, seguiu o modelo de um autor “monárquico-constitucional” e de um “unitário no mais puro sentido da palavra”. As interpretações do passado, então como sempre, serviam também às lutas políticas de seu tempo. O Rio Branco como historiador, bem como em suas atividades jornalísticas e políticas, refletiu sua socialização no âmago da ordem saquarema e expressou, de modo claro, os valores e cosmovisão dessa ordem. Sua contribuição historiográfica deve ser vista dentro dessa moldura, com o realce necessário aos valiosos elementos factuais aportados por seu trabalho, fruto de pesquisa dedicada e constante, bem como com o reconhecimento de sua sintonia metodológica e política com a visão histórica então prevalecente e que seria projetada, com pequenas variações, sobre as primeiras décadas da era republicana.

Referências

- ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- FERREIRA, Gabriela Nunes *et al.* “O Brasil em 1889’: um país para consumo externo”. In: *Lua nova*, São Paulo, 81: 75-113, 2010.
- LEVASSEUR, Émile *et al.* *O Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Letras & Expressões, 2001.
- LINS, Álvaro. *Rio Branco (Biografia)*. São Paulo/Brasília: Alfa-Ômega/FUNAG, 1996.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- MOSSÉ, Benjamin. *D. Pedro II, Imperador do Brasil*. São Paulo: Edições Cultura Brasileira, 1890.
- OLIVEIRA LIMA, Manuel. *Memórias (estas minhas reminiscências...)*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1937.
- RIO BRANCO (José Maria da Silva Paranhos Junior). *Esboço da História do Brasil*. Brasília, MRE-FUNAG, 1992.
- RIO BRANCO, Raul. *Reminiscências do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1942.
- SANT’ANNA NERY, E. J. *Le Brésil en 1889*, Paris: Librairie Charles Delagrave, 1889.
- SANTOS, Luís Cláudio Villafane G. *O dia em que adiaram o carnaval: política externa e a construção do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2010.
- VIANA FILHO, Luís. *A vida do Barão do Rio Branco*. 8.^a edição. São Paulo/Salvador: UNESP/EDUFBA, 2008.
- VON MARTIUS, Carlos Frederico. “Como se deve escrever a História do Brasil”. In: *Jornal do Instituto Histórico Geográfico*, Tomo VI, n 24, 1845, págs. 381-403.